

ACM assina CPI e Jader cria risco real de investigação do governo

**Ricardo Amaral e
Marluza Mattos**
De Brasília

A disputa pessoal entre o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-PI) levou o governo a correr o risco real da instalação de uma super-CPI da Corrupção no Congresso. Politicamente acuado depois que Antonio Carlos assinou o requerimento da CPI apresentado pelas oposições, Jader decidiu assinar também, para não ser acusado de impedir investigações que podem atingi-lo. "O presidente Fernando Henrique Cardoso tem minha lealdade, mas sabe não serei acusado de impedir investigações sobre fatos que atingem minha honra e de minha família", disse Jader.

A expectativa do governo é de que o PMDB libere o senador para fazer o gesto político mas não o acompanhe, evitando assim que o requerimento alcance o número regimental de assinaturas (27 senadores e 171 deputados). "Se depender de mim, os

deputados do PMDB não assinam requerimento nenhum", disse o líder do partido na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). Ontem mesmo, no entanto, os senadores Pedro Simon (RS), José Fogaça (RS) e Roberto Requião (PR), todos do PMDB, já haviam assinado o requerimento.

Com os 16 senadores da oposição, mais os três do PMDB e Antonio Carlos, eram 20 assinaturas. "Se Jader assinar mesmo, acho que chegaremos aos 27 no Senado", disse o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE). O risco de uma paralisia do governo é real porque o requerimento de CPI tem 11 itens, incluindo suspeitas de atividades ilícitas do ex-ministro Eduardo Jorge, do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sergio Oliveira, de omissões do Banco Central na fiscalização do Banpará, do Banco Econômico e de remessas de divisas para o paraíso fiscal das Ilhas Cayman.

A estes itens Jader Barbalho quer acrescentar "duas ou três coisinhas" envolvendo o senador Antonio Carlos. Este, por sua vez,

prometeu a adesão ao requerimento de todos os senadores e deputados que seguem sua orientação, mas ontem, apenas um, o deputado Affonso Camargo (PFL-PR) havia assinado. O ex-ministro e senador Waldeck Ornellas (PFL-BA) prometeu assinar. O PMDB aposta que os políticos ligados ao senador da Bahia não vão se expor a retaliações (perda de cargos federais) pela adesão à CPI. Apenas aposta.

O PFL está dividido entre o grupo leal a Antonio Carlos e a maioria, que segue a orientação do vice-presidente Marco Maciel e do presidente do partido, Jorge Bornhausen. A divisão ficou patente ontem porque o partido não conseguiu indicar o nome para presidir a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, à qual tem direito pelo regimento. A vaga é reivindicada pelo carlista José Carlos Aleluia (BA) e pelo grupo da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Também há um confronto direto com o senador Antonio Carlos, que luta para manter seu mais importante cargo federal, a

presidência da Eletrobrás, nas mãos do apadrinhado Firmino Sampaio Neto. A decisão de permiti-lo já foi transmitida pelo presidente Fernando Henrique ao comando do partido e ao novo ministro de Minas e Energia, senador José Jorge (PFL-PE), mas ainda não foi executada, o que deixa tenso o PMDB.

"Não somos salomês para pedir cabeças", desconfessa o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). No entanto, a direção do partido já manifestou ao presidente Fernando Henrique seu desconforto com a permanência de Firmino e de outros apadrinhados de Antonio Carlos no governo. Demissões poderiam contentar o partido, mas não vão devem impedir a assinatura de Jader no requerimento da super-CPI. Os líderes preferiram menosprezar a possibilidade de a situação sair de controle. "Creio que as assinaturas de Jader e Antonio Carlos possam ser manifestações pessoais, não partidárias", disse o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM).

VALORE ECONÔMICO

21 MAR 2001